



**MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL
UNIÃO EUROPEIA**
GUINÉ-BISSAU – ELEIÇÕES GERAIS 2014



DECLARAÇÃO PRELIMINAR

**A Realização das Eleições
Aproxima a Guiné-Bissau da Normalidade Constitucional**

Guiné-Bissau, 14 de Abril de 2014

Resumo

- As eleições presidenciais e legislativas decorreram de forma pacífica e ordeira com um número elevado de eleitores a exercerem livremente o seu direito de voto na fase final de um período de campanha e de organização do processo eleitoral praticamente livres de incidentes. As eleições constituíram o culminar de um processo de criação de condições para que a Guiné-Bissau possa sair do isolamento internacional e aproximar-se da normalidade constitucional.
- A MOE UE observou processos de votação e contagem bem organizados, realizados numa atmosfera calma e livre de tensões. Na sua avaliação preliminar, os observadores da UE verificaram pequenas irregularidades como por exemplo, urnas nem sempre fechadas correctamente. Os partidos políticos estiveram representados nas MAV, assegurando a transparência do processo e a integridade do voto. Os observadores assistiram a um número reduzido de reclamações que não chegaram a ser formalizadas. A MOE UE continua a acompanhar o processo de apuramento dos votos.
- O quadro legal proporcionou uma base aceitável para a realização de eleições democráticas. Os instrumentos internacionais e regionais adoptados pela Guiné-Bissau incluem direitos políticos e civis fundamentais que se encontram igualmente espelhados na legislação nacional. Recomendações de anteriores MOE UE foram incorporadas nas recentes alterações feitas à lei eleitoral, tais como o recenseamento eleitoral de raiz, novos cartões de eleitor e a participação dos eleitores na diáspora. Falhas recorrentes, como a falta de supervisão relativamente às normas de gastos de campanhas, contribuíram para a desigualdade de condições entre os candidatos.
- A Comissão Nacional de Eleições (CNE) geriu as eleições com profissionalismo e competência, de acordo com o calendário eleitoral e respondendo rapidamente às necessidades operacionais e logísticas surgidas no decorrer do processo. Os partidos políticos e outros interlocutores mostraram-se satisfeitos com o novo Secretariado Executivo da CNE integrado por membros da magistratura. O desequilíbrio de género manteve-se em todos os níveis de gestão do órgão eleitoral. As reuniões plenárias da CNE permitiram aos representantes dos partidos políticos uma ampla oportunidade de diálogo, muito embora as decisões tomadas não tenham sido devidamente publicitadas e partilhadas com os interlocutores. A CNE conduziu uma série eficaz de formações para os membros das Mesas de Assembleia de Voto (MAV) e preparou suficientes agentes eleitorais para a realização das operações de voto em mais de 3,000 MAV. A MOE UE

Esta declaração preliminar está disponível em português e inglês mas apenas a versão em inglês é oficial.

avaliou positivamente a participação de 1,000 agentes de educação cívica da CNE distribuídos por todo o país.

- Os observadores da MOE UE constataram uma participação inferior à prevista no que diz respeito à votação antecipada, que decorreu num ambiente disciplinado e pacífico. O processo foi acompanhado de alguma confusão, quando por diferentes razões, a votação foi interrompida em certas regiões.
- Através do novo recenseamento eleitoral, um total de 775,508 cidadãos foram recenseados, incluindo 22,312 que se encontram na diáspora, registando-se um aumento de 23% desde as últimas eleições. A MOE UE detectou alguns problemas técnicos na impressão dos cadernos eleitorais. Os partidos políticos com quem a MOE UE esteve reunida mostraram-se unanimemente satisfeitos com o processo. Contudo, vários partidos manifestaram a sua preocupação devido à morosidade na entrega dos cartões de eleitor junto dos eleitores durante os últimos dias que precederam a votação.
- As mulheres constituem 51% da população e apesar de não existir nenhum impedimento legal para a sua participação na política, elas permanecem largamente sub-representadas. O número de eleitoras ultrapassa o número de eleitores em 2014, mas ainda somente 8.4% das mulheres ocuparam os lugares de cabeças de lista dos partidos. Condições socioeconómicas precárias, uma sociedade orientada por padrões masculinos, a persistência de práticas tradicionais ilegais, a inexistência de fundos públicos para os partidos e o acesso limitado à educação continuam a impedir a plena participação política das mulheres.
- Uma sociedade civil activa e motivada comprometeu-se a acompanhar o processo eleitoral com uma participação sem precedentes que contou com a colaboração de cerca de 680 monitores. Uma série de organizações da sociedade civil reuniu-se e promoveu sessões de educação eleitoral antes do dia das eleições, acompanhou as actividades da campanha pré-eleitoral e observou os incidentes e eventos do dia da eleição. Mais de 400 observadores internacionais reforçaram as actividades de seguimento do processo eleitoral.
- Os órgãos de comunicação públicos e privados cobriram o processo eleitoral em condições financeiras extremamente difíceis que influenciaram a sua capacidade de proporcionar uma cobertura equilibrada e imparcial, pondo em causa o pleno gozo da liberdade de imprensa. Os meios de comunicação tiveram que comprometer a sua independência em troca da sua sobrevivência financeira.

A Missão da União Europeia para a Observação das Eleições (MOE UE) encontra-se no país desde o dia 19 de Março de 2014 a convite da Comissão Nacional de Eleições (CNE). A Missão é liderada pelo Chefe de Missão, Krzysztof Lisek, Membro do Parlamento Europeu – MPE. A MOE UE destacou por todo o país, um total de 46 observadores de 17 Estados Membros da UE para avaliar o processo eleitoral de acordo com as obrigações e compromissos internacionais e regionais que regem as eleições democráticas bem como as leis da Guiné-Bissau. Uma Delegação do Parlamento Europeu chefiada por Fiona Hall, MPE, também se juntou à Missão, subscrevendo plenamente a presente declaração preliminar. No dia das eleições, os observadores da EU visitaram mais de 275 Mesas de Assembleia de Voto (MAV) nas nove regiões do país para observar o processo de votação e contagem. A Missão agradece a colaboração da missão de observação do Parlamento Britânico. A presente declaração

preliminar é apresentada antes da conclusão do processo eleitoral. A avaliação final das eleições, irá depender em parte, da condução das restantes fases do processo eleitoral, em particular, do apuramento dos resultados e do tratamento de possíveis reclamações e recursos pós-eleitorais. A MOE UE permanecerá no país para observação dos desenvolvimentos pós-eleitorais e irá publicar um relatório final com recomendações detalhadas, dois meses após a conclusão do processo eleitoral.

A MOE UE é imparcial nas suas observações e conclusões e adere à Declaração de Princípios para a Observação de Eleições Internacionais, assinada nas Nações Unidas em Outubro de 2005.

Resultados Preliminares

Contexto

Os guineenses foram às urnas no dia 13 de Abril de 2014 para eleger um novo Presidente da República e 102 deputados à Assembleia Nacional Popular (ANP), incluindo os dois deputados que representam a Diáspora na Europa e em África. Os resultados das eleições legislativas irão determinar o novo chefe de governo. Nas eleições presidenciais participaram 13 candidatos e nas legislativas 15 partidos políticos. As eleições foram convocadas por um governo de transição, colocado no poder pelos militares após um golpe de Estado que teve lugar logo a seguir à primeira volta das eleições presidenciais de Abril de 2012.

As eleições gerais deveriam ter ocorrido um ano após o início de funções do governo de transição, tendo sido, no entanto, adiadas para 24 de Novembro de 2013, depois para 16 de Março de 2014 e finalmente para 13 de Abril de 2014. As eleições foram ansiosamente aguardadas pelos guineenses na esperança de permitir o retorno à normalidade constitucional, de criar condições democráticas para que a Guiné-Bissau possa sair do isolamento internacional em que se encontra e de promover mudanças e reformas necessárias que garantam a estabilidade, o desenvolvimento económico, bem como o desencorajamento de novas interferências militares.

Quadro legal

As alterações à lei eleitoral aprovadas em 2013 contribuíram para um desenvolvimento positivo das eleições gerais de 2014, e para aumentar a inclusão e transparência das eleições. Estas alterações, que incluem um recenseamento eleitoral de raiz, um novo cartão de eleitor com a respectiva fotografia, a extensão do direito de voto presidencial da diáspora e a aprovação de oito novas leis para a comunicação social, estão em sintonia com as recomendações prévias da MOE UE. Uma série de lacunas de natureza legal persistem, tal como a ausência do poder normativo da Comissão Nacional de Eleições (CNE), o inexistente controlo legal dos gastos referentes aos partidos e respectivas campanhas, a inexistência de um quadro legal para a observação eleitoral nacional e a desigualdade do peso de cada voto necessário para eleger um membro da ANP, que varia significativamente de círculo eleitoral para círculo eleitoral.

Administração das Eleições

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) geriu as eleições com profissionalismo e competência, respeitando o calendário eleitoral e respondendo rapidamente às necessidades operacionais e logísticas ao longo do processo. A CNE organizou as eleições presidenciais e legislativas durante os dois anos do governo de transição sob uma forte pressão da comunidade internacional para a realização das mesmas, tendo visto adiada três vezes a data das eleições. Estas eleições foram implementadas num quadro temporal reduzido para cada uma das diferentes etapas eleitorais (ver recenseamento eleitoral). A comunidade internacional

financiou o processo eleitoral na sua totalidade, com um terço das contribuições provenientes da União Europeia. As eleições tiveram um custo de quase 17 USD por eleitor, valor que ultrapassa a média mundial e a média para a África, de 7 USD¹. A nova composição do Secretariado Executivo da CNE, com quatro magistrados a substituir a representação proporcional da ANP, foi favoravelmente acolhida pelos partidos políticos tendo aumentado a confiança dos interlocutores relativamente à independência do órgão de gestão das eleições. As linhas de comunicação horizontal entre o Secretariado Executivo da CNE, os membros da CNE e a plenária foram consideradas satisfatórias. Contudo, a comunicação vertical da CNE mostrou-se inadequada. Durante as reuniões plenárias, o presidente concedeu aos representantes dos partidos políticos uma ampla oportunidade para o diálogo. Os observadores da MOE UE constataram que as decisões tomadas nas reuniões plenárias nem sempre foram eficazmente transmitidas às Comissões Regionais de Eleições (CNR). Como tal, os níveis de base das autoridades eleitorais não tomaram conhecimento de componentes essenciais do processo eleitoral, como a organização e planeamento da votação antecipada. O site oficial da CNE foi actualizado no final do processo, no dia 10 de Abril tendo sido possível no entanto, publicar informações de última hora.

Os preparativos técnicos e operacionais foram geralmente realizados dentro do prazo estipulado, de acordo com o calendário eleitoral revisto. Para garantir o mínimo de três membros necessários na Mesa de Assembleia de Voto (MAV), a CNE formou mais de 12,000 membros para supervisionar as eleições nas 3,020 MAV. Para além disso, foram formados e destacados pela CNE mais de 3,000 agentes de segurança civil para apoiar a organização das filas nas MAV e a manutenção de um ambiente de votação pacífico. As mulheres estiveram devidamente representadas nas MAV mas foram poucas as que as presidiram. O desempenho dos membros das MAV beneficiou do facto da maioria já ter ocupado funções semelhantes em eleições anteriores. Nos dias que antecederam as eleições, o não pagamento dos salários contribuiu para aumentar as preocupações relativamente à participação dos membros das MAV. Os boletins de voto e as actas foram impressas na África do Sul. Um membro do Secretariado Executivo da CNE e um representante dos partidos políticos foram seleccionados em Assembleia Plenária da CNE tendo viajado para a África do Sul para acompanhar e observar o processo de impressão do referido material. Apenas quatro² dos 15 partidos concorrentes, competiram nas eleições legislativas em todos os 29 círculos eleitorais nacionais. Ao contrário do tradicionalmente praticado nas eleições legislativas, a plenária da CNE decidiu imprimir um único modelo de boletim de voto para todos os círculos eleitorais. Supostamente, os partidos teriam já informado o seu eleitorado para votar de acordo com a posição correspondente dos partidos no boletim de voto. Os membros da Comissão Regional de Eleições (CRE) tiveram dificuldade em empacotar e entregar os boletins de voto para distribuição nas MAV, sobretudo tendo em conta os prazos reduzidos para a logística eleitoral e a realização simultânea de duas eleições.

¹ Os custos médios mundiais estão entre os 8.70 USD e os 17.30 USD. Fonte: Centro para Governos de Transição e Pós-Conflitos e ACE – Rede de Conhecimentos Eleitorais.

² Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), Partido para a Renovação Social (PRS), Partido Novo Democrático (PND) e União Patriótica Guineense (UPG).

Os observadores da MOE UE constataram uma participação inferior à prevista no que diz respeito à votação antecipada, que foi levada a cabo num ambiente disciplinado e pacífico. A lei eleitoral 10/2013 oferece a possibilidade de votação antecipada a todos os militares e outro pessoal de segurança e a oficiais da marinha e da aeronáutica que se encontram de serviço no dia das eleições. As pessoas incluídas nas categorias acima mencionadas puderam votar nas CRE dos seus respectivos círculos eleitorais, 72 horas antes do dia das eleições. A MOE UE constatou que em certas regiões, a votação antecipada foi acompanhada de alguma confusão, quando por diferentes razões, a votação foi interrompida. O destacamento de 1,000 agentes de educação cívica por todo o país constituiu um passo positivo, bem como a produção de anúncios de educação ao eleitor. Houve uma vasta campanha porta a porta e uma enorme presença de agentes do sexo feminino. Em consonância com as disposições legais nacionais e de acordo com as recomendações feitas anteriormente pela MOE UE, o voto foi estendido à diáspora na Europa e em África. O recenseamento foi levado a cabo em diversos países e foram emitidos cartões de eleitor para os eleitores. A CNE enviou dois formadores com materiais eleitorais para a votação na diáspora que se dividiram entre Lisboa e Dakar. Estas cidades serviram de pontos de recolha de votos da diáspora da Europa e de África.

Recenseamento Eleitoral

A precisão do recenseamento eleitoral constituiu uma questão controversa em processos eleitorais anteriores. Para as eleições de 2014, um novo recenseamento eleitoral foi levado a cabo, baseado no “recenseamento manual melhorado” para garantir uma lista final de eleitores mais exacta do que a da inscrição manual anterior. Um total de 775,508 cidadãos³, foram registados como eleitores, incluindo 22,312 da diáspora. O recenseamento planeado para durar 21 dias começou lentamente, tendo acabado por se estender por 70 dias. Todo o processo de recenseamento foi marcado por necessidades materiais, financeiras e de recursos humanos, tendo o prolongamento do período de recenseamento resultado em atrasos nas etapas subsequentes do processo eleitoral. Para permitir a realização das eleições a 13 de Abril, os prazos do calendário eleitoral tiveram de ser reduzidos, tal como o período de publicação para a verificação das listas de eleitores, o período de apresentação das candidaturas e o período de verificação e validação das candidaturas pelo Supremo Tribunal de Justiça. Os partidos políticos acompanharam o processo de recenseamento, auditando os actos produzidos pelo Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE), que trabalhou em colaboração com a equipa técnica de assistência de Timor Leste. A MOE UE detectou alguns erros técnicos na impressão das listas de eleitores, levantando preocupações sobre a possibilidade de eleitores serem excluídos no dia das eleições. Contudo, os partidos políticos que estiveram reunidos com a MOE UE, manifestaram a sua satisfação geral em relação ao recenseamento. Uma das principais preocupações dos partidos políticos durante a fase de preparação das eleições foi a não entrega dos cartões de eleitor. Nem a GTAPE nem a CNE divulgaram informações sobre o número de cartões de eleitor que não chegaram a ser entregues.

³ Desde as eleições presidenciais de 2012 houve um aumento de 181,743 eleitores recenseados (23%).

Registo de Candidatos e de Partidos Políticos

A maioria dos círculos eleitorais ofereceu uma escolha razoável de candidatos por assento parlamentar. O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) aprovou 13 candidatos presidenciais e 15 partidos políticos para participarem nas eleições gerais. A única candidata às eleições presidenciais, não cumpriu com os requisitos legais tendo a sua candidatura sido rejeitada. Quatro partidos políticos apresentaram candidatos em todos os 29 círculos eleitorais, incluindo na diáspora, ao passo que a União para a Mudança (UM) e o Partido de Convergência Democrática (PCD) apresentaram-se em 27 círculos. Três partidos políticos fizeram-se representar em menos de dez círculos eleitorais. Em 29 círculos eleitorais, pelo menos quatro candidatos concorreram para as eleições legislativas. O Supremo Tribunal de Justiça conduziu o registo dos candidatos presidenciais e dos partidos políticos, num prazo reduzido e com recursos humanos e materiais insuficientes. O STJ considerou este período de tempo insuficiente, ainda que tenha permitido aos partidos políticos corrigir lacunas identificadas nas suas candidaturas. O STJ geriu no prazo estabelecido todas as reclamações apresentadas referentes à rejeição de candidaturas e partidos políticos.

Ambiente da Campanha Eleitoral

A campanha eleitoral decorreu num ambiente pacífico e ordeiro, embora tenha sido ensombrado por alguns casos de intimidação e atrasos inexplicáveis na entrega de materiais de campanha provenientes do estrangeiro. Os 21 dias de campanha passaram a 18, devido aos três dias de luto nacional em memória do ex-Presidente da República Kumba Yalá, que faleceu no dia 4 de Abril. Até então, as organizações da sociedade civil consideraram positivo o período de campanha eleitoral “sem violações ao Código de Conduta”. O objectivo deste código foi o de sublinhar a importância do respeito pelo quadro eleitoral legal durante a campanha e também pelos resultados eleitorais. Os restantes dias da campanha prosseguiram num ambiente pacífico sem que se tenham registado incidentes maiores. De acordo com os observadores da MOE UE, a liberdade de reunião, de expressão e movimentação não foram postos em causa nas nove regiões do país, e não houve utilização visível de recursos públicos referidos por ou aos observadores⁴. Contudo, um candidato⁵ foi raptado e agredido fisicamente por pessoas armadas e por razões ainda por esclarecer; o PAIGC queixou-se de dois casos de intimidação por apoiantes dos seus adversários⁶ e viu retardada por dias a autorização de aterragem de um avião que transportava material de campanha, que acabou por ser distribuído pelas regiões do país, poucos dias antes do dia das eleições. Tal como em eleições anteriores, a incapacidade da maioria dos partidos políticos de levar a cabo uma campanha eleitoral nacional (apenas quatro possuem candidatos em todos os círculos eleitorais) acabou por beneficiar os partidos políticos com maiores recursos financeiros e com

⁴ Em Quinara, o candidato do Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento (PRID), Afonso Té, tinha na sua comitiva três viaturas sem matrícula, alegadamente alugadas no Senegal.

⁵ Mário Fambé, candidato a deputado na ANP pelo PRS.

⁶ As queixas foram efectuadas pelo PAIGC numa carta dirigida à União Africana com conhecimento da Comunidade Internacional.

estruturas em todo o país⁷. Uma outra desvantagem foi a incapacidade da maior parte dos partidos políticos enviar delegados no dia das eleições para todas as regiões, ou para todas as MAV nas regiões em que os seus candidatos concorreram. A campanha no interior do país foi pouco entusiasta, tendo sido intensa em poucos sítios. Os candidatos manifestaram preferência por actividades de porta-a-porta (ou *tabanca em tabanca*). Os candidatos e os partidos políticos respeitaram de uma forma geral as regras e prazos da campanha, no entanto, os observadores da MOE UE identificaram alguns comícios onde a duração e emissões sonoras ultrapassaram o limite legal determinado. Relativamente à presença de mulheres, pode-se observar a existência de oradoras em mais de metade dos comícios presenciados pelos observadores da MOE UE. Apesar disso, no decorrer das acções de campanha observadas, os candidatos e os partidos políticos apresentaram uma abordagem incoerente no que diz respeito à inclusão de candidatas do sexo feminino e às questões de género. O Parlamento dos Jovens e o Movimento da República das Crianças (*República di Mininus*) fizeram *lobby* junto dos candidatos presidenciais para que os direitos das crianças e dos jovens fossem incluídos nos seus programas políticos.

Comunicação Social

Os órgãos de comunicação públicos e privados cobriram o processo eleitoral com condições financeiras extremamente difíceis, o que influenciou a sua capacidade de oferecer uma cobertura equilibrada e imparcial, pondo em causa o pleno gozo da liberdade de imprensa. A comunicação social teve de comprometer a sua independência em troca da sobrevivência financeira. Os eleitores tiveram de recorrer e depender quase exclusivamente de fontes privadas e comunitárias para obterem informações sobre os seus candidatos e respectivas campanhas. Ambos os órgãos de comunicação estatal, a *Rádio de Difusão Nacional* (RDN) e a *Televisão da Guiné-Bissau* (TGB) enfrentaram enormes constrangimentos financeiros que reduziram a possibilidade de cobertura da campanha eleitoral para os últimos três e quatro dias, respectivamente, do processo. A RDN fez um esforço para proporcionar aos eleitores mensagens de educação cívica da CNE. Estes constrangimentos financeiros afectaram igualmente o tempo de antena dos candidatos e dos partidos políticos que começou a ser difundido seis dias após o início da campanha eleitoral. As rádios privadas *Sol Mansi* e *Bombolom* ofereceram uma cobertura vasta e equilibrada do processo eleitoral, incluindo a realização de entrevistas e debates com candidatos e partidos políticos; a rádio *Pindjiguiti* mostrou-se também activa na transmissão dos debates organizados pela *Universidade Lusófona*; apesar desta rádio ter utilizado uma abordagem neutra para com todos os candidatos e partidos políticos, a sua cobertura do processo eleitoral, favoreceu claramente o candidato Nuno Nabiam, que usufruiu de 52% do seu tempo de transmissão. A rádio *Pindjiguiti* também violou o Artigo 45 da Lei Eleitoral e o Artigo 6 da Directiva 1/2014 do Código de Conduta da Comunicação Social e Jornalistas por ter emitido propaganda política de um candidato independente às presidenciais. Além disso, a *Pindjiguiti* utilizou um discurso do ex-Presidente da República Kumba Yalá como forma de fazer propaganda a um candidato,

⁷ Os candidatos dependem exclusivamente de fundos do partido ou contribuições privadas para realizarem a sua campanha. A lei prevê um apoio financeiro do Estado, em função da sua “disponibilidade financeira”.

quebrando assim o silêncio de campanha decretado pelo Conselho de Ministros. O mesmo pôde ser constatado na RDN que difundiu uma publicidade de um candidato fora do seu respectivo tempo de antena, assim como também durante o período de luto que se seguiu à morte de Kumba Yalá. O jornal estatal *Nô Pintcha* fez a cobertura dos candidatos e dos partidos políticos mais influentes; quanto aos partidos políticos, o jornal evidenciou o PRS e o PAIGC que receberam, respectivamente, 24 e 22% do espaço disponibilizado para os partidos. O jornal privado *Expresso de Bissau* favoreceu claramente um dos candidatos independentes e o candidato do PAIGC para as legislativas. O *Expresso de Bissau* e *Donos da Bola* violaram o Artigo 33 da Lei Eleitoral ao emitirem sondagens de opinião.

Participação das Mulheres

O reconhecimento constitucional da igualdade de direitos da mulher na vida pública não se traduziu numa igualdade de participação. Ainda que não existam restrições legais para a participação das mulheres, a Guiné-Bissau precisa ainda de tomar medidas apropriadas para implementar efectivamente a igualdade de género. As mulheres estão sub-representadas na vida pública da Guiné-Bissau e a sua representatividade na Assembleia Nacional Popular diminuiu de 20 para 10% nos últimos 20 anos. O número actual de mulheres no governo inclui apenas uma Ministra e 3 Secretárias de Estado num total de 34 membros. Após o golpe de Estado de 2012, apenas um governador regional de oito, é mulher. No órgão de gestão das eleições, apenas uma mulher faz parte do Secretariado Executivo. Nos níveis intermédios e regionais as mulheres encontram-se ausentes nas posições de liderança (em lugares de chefia). Para as eleições da ANP, as mulheres ocuparam apenas 8.4% das posições de cabeças de lista dos partidos políticos. Os maiores partidos – PAIGC e PRS – colocaram quatro e uma mulher respectivamente, em posições de topo. A participação das mulheres na política sofre de limitações de ordem cultural e religiosa. Factores como estruturas de partido políticas e mecanismos de tomada de decisão centrados nos homens, a pobreza extrema, a persistência de práticas tradicionais ilegais, o analfabetismo, a inexistência de fundos públicos para a realização de campanhas eleitorais e a permanente instabilidade política contribuem para a insuficiente participação das mulheres na política. O quadro legal não prevê lugares reservados ou quotas para as mulheres.

Observação Eleitoral pelas Organizações da Sociedade Civil e Observadores Internacionais

De acordo com a lei, as organizações da sociedade civil da Guiné-Bissau, não podem participar na observação das eleições. Apesar desta limitação injustificada, realçada nos relatórios finais de outras MOE UE, as organizações da sociedade civil demonstraram um forte compromisso na participação do processo eleitoral. Um número sem precedentes de cerca de 680 monitores participou nestas eleições acompanhando o processo nas imediações das MAV, tomando nota de irregularidades verificadas e reunindo informação. Os seus esforços e enorme vontade em participar demonstraram mais uma vez a necessidade de uma regulamentação mais adequada. Os monitores da sociedade civil foram seleccionados e formados com o apoio de diferentes grupos, incluindo uma série de grupos de mulheres. Mais de 400 observadores de inúmeras organizações foram distribuídos pelo país, para observar o desempenho do órgão de gestão das eleições e a participação dos partidos políticos e candidatos presidenciais.

Votação e Contagem

A MOE UE observou 275 MAV de zonas urbanas e rurais espalhadas por todo o país. Os observadores da UE avaliaram o processo de votação como “muito bom” ou “bom” em 96% das MAV observadas e constataram que os membros das MAV cooperaram inteiramente com os observadores. As actividades de votação tiveram início às 07h00, conforme previsto e decorreram de uma forma calma e ordeira, sem tensões e com uma elevada afluência às urnas, estimada em cerca de 80% nas MAV visitadas pelos observadores, em contraste com os 55% registados nas eleições de 2012. Em algumas MAV, estiveram em falta alguns materiais essenciais como boletins de voto. Contudo, a votação decorreu normalmente, tendo as autoridades reagido rapidamente perante as limitações verificadas. Os eleitores preencheram os seus boletins de voto quase sempre em segredo e a transparência do processo foi assegurada pela forte presença dos representantes dos partidos políticos. Os observadores da MOE UE verificaram que ao longo do país e em 20% das MAV visitadas, as urnas não foram devidamente seladas. Foram registadas algumas irregularidades ou incidentes pouco significativos e observado ou reportados aos observadores da UE, um número reduzido de reclamações.

As MAV encerraram às 17h00 no mesmo ambiente calmo e pacífico observado durante o dia. Os procedimentos de encerramento e contagem foram classificados pelos observadores da EU, como “muito bons” ou “bons” em 70% das MAV observadas. Foi constatado que os membros das MAV não efectuaram o cruzamento necessário entre o número de boletins de voto e o número de entradas na lista manual de eleitores, em 18% das MAV observadas. Não se constatou igualmente nenhum tipo de comportamento que comprometesse a integridade do voto. Os representantes dos partidos estiveram também presentes durante o encerramento e contagem, tendo-se registado um número reduzido de queixas (três durante a votação e nenhuma durante a contagem). Em quase todos os casos observados eles assinaram e receberam cópias dos resultados que foram igualmente publicados de acordo com os procedimentos. A MOE EU continua a observar o apuramento dos resultados nas CRE e na CNE e permanecerá no país para acompanhar as restantes fases do processo eleitoral.

Uma versão electrónica do presente relatório preliminar encontra-se disponível no site da Missão www.moeueguinebissau.eu Para mais informações, por favor contacte:

Sílvia Norte, MOE EU Perita de Imprensa, Tel. (245) 927-9978, E-mail: silvia.norte@moeueguinebissau.eu